

Aviso n.º 5762/2019**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**

Para cumprimento do estipulado no artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, torna-se público que se encontra publicitada nos serviços deste Município, a lista dos trabalhadores que alteraram a sua posição remuneratória, a partir do dia 1 de janeiro de 2018, por força da alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (O.E/2018), conjugado com o artigo 156.º, da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

15 de março de 2019. — O Presidenta da Câmara, *Manuel António Natário Cordeiro*.

312151899

Aviso n.º 5763/2019

Por meu Despacho de 4 de abril de 2018, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 42.º e n.º 4, do artigo 43.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, foi designada para desempenhar funções no gabinete de apoio à presidência, Carmen Susana Claro Fontes de Carvalho, como secretária.

A remuneração da designada será conforme o disposto nos n.ºs 1 a 3, do artigo 43.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicado nos termos do n.º 5, do artigo 43.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a nota curricular consta do despacho de designação.

A presente designação tem efeitos a partir de 5 de abril de 2018.

15 de março de 2019. — O Presidente da Câmara, *Manuel António Natário Cordeiro*.

312153607

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL**Aviso n.º 5764/2019****Prorrogação do prazo de Revisão do Plano Diretor Municipal**

Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, faz saber, que ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal de São Pedro do Sul em reunião pública, realizada em 21 de janeiro de 2019, deliberou por maioria, com cinco votos a favor e dois votos contra, aprovar a prorrogação do prazo para a conclusão do Plano Diretor Municipal em dois anos, ficando o mesmo prazo a contar desde a disponibilidade da cartografia homologada na sua totalidade.

4 de março de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Vítor Manuel de Almeida Figueiredo*.

Deliberação**Prorrogação do prazo de Revisão do Plano Diretor Municipal**

Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, faz saber, que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal de São Pedro do Sul em reunião pública realizada em 21 de janeiro de 2019, deliberou por maioria, com cinco votos a favor e dois votos contra, A prorrogação do prazo de revisão do Plano de Revisão do Plano para 2 anos, ficando o mesmo prazo a contar desde a disponibilidade da cartografia homologada na totalidade.

4 de março de 2019. — O Presidente, *Vítor Manuel de Almeida Figueiredo*.

612135228

MUNICÍPIO DE SESIMBRA**Aviso n.º 5765/2019**

Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados — procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado (1 posto de trabalho de Assistente Técnico/Gabinete Médico-Veterinário — Ref. L) — Aviso n.º 5014/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 88 de 08/05/2017.

Nos termos e para efeitos do disposto no art. 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal mencionado em epígrafe, foi homologada por despacho do signatário, datado de 13/03/2019, tendo nesta mesma data sido afixada na Divisão de Gestão de Recursos Humanos e disponibilizada na página eletrónica desta Câmara Municipal.

14 de março de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Francisco Manuel Firmino de Jesus, Dr.*

312143928

Aviso n.º 5766/2019

Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados — Procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado (2 postos de trabalho de Assistente Técnico/Divisão de Cultura e Bibliotecas — Ref. I) — Aviso n.º 5014/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 88 de 08/05/2017.

Nos termos e para efeitos do disposto no art. 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal mencionado em epígrafe, foi homologada por despacho do signatário, datado de 14/03/2019, tendo nesta mesma data sido afixada na Divisão de Gestão de Recursos Humanos e disponibilizada na página eletrónica desta Câmara Municipal.

15 de março de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Francisco Manuel Firmino de Jesus, Dr.*

312145475

Aviso n.º 5767/2019**Procedimentos concursais comuns para a constituição de vínculos de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo**

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, datado de 15 de março de 2019, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimentos concursais comuns para a constituição de vínculos de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo prazo de seis meses, tendo em vista o preenchimento dos postos de trabalho abaixo identificados.

Os presentes procedimentos foram precedidos de autorização da Câmara Municipal, concedida por deliberação tomada em 13/03/2019, conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 setembro, a qual também abrange a permissão de o recrutamento ser efetuado, não apenas de entre trabalhadores com vínculos de emprego público por tempo indeterminado, mas também de entre trabalhadores com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo ou incerto ou sem vínculo de emprego público previamente estabelecido, nos termos do n.º 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

2 — Os presentes procedimentos regem-se pelas disposições contidas, nomeadamente, nos seguintes diplomas legais: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (doravante designada por LTFP), e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro (doravante designada por Portaria), alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

3 — Nos termos do n.º 1 do artigo 4 da Portaria, conjugado com a alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de janeiro, foi consultado o INA (Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas) sobre a existência de reservas destinadas a satisfazer as necessidades de recrutamento, tendo a referida entidade,